



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
BELÉM – PARÁ – BRASIL  
04 a 07 de novembro de 2015  
ISSN 978-85-89097-68-0**

**REGIME MILITAR E SUA PRESENÇA EM DEPOIMENTOS SOBRE  
O PROJETO MINERVA: algumas produções.**

**Thiago Pedro Pinto**<sup>396</sup>

**RESUMO**

Este trabalho aborda uma releitura de depoimentos a respeito do Projeto Minerva (PMi), uma iniciativa educacional do Regime Militar Brasileiro (1964-1985) que tinha no rádio sua principal disseminação de conteúdos. Revisitaremos os dados produzidos para uma pesquisa que focava traçar compreensões sobre o referido Projeto, mas que, mesmo tendo abordado suavemente a Ditadura Militar não tinha esta como foco principal. Ao todo temos cinco entrevistas: dois ex-alunos do interior do Rio de Janeiro, um ex-monitor de Mato Grosso do Sul, uma ex-produtora do Projeto um Professor que Produziu o Texto Bruto (que daria origem ao Fascículo) de Matemática para o Curso Supletivo de Segundo Grau. Após entrar em contato com algumas pesquisas que tratavam da influência do Regime Militar na Educação Matemática, particularmente uma mesa de discussão ocorrida em um encontro de pesquisadores em História da Educação Matemática (MARTINS-SALANDIM, BURIGO, & RIOS, 2014), tivemos o interesse em olhar mais profundamente que relações poderiam ser destacadas a partir de nossos depoimentos. Apoiados na metodologia da História Oral e numa perspectiva de inspiração na Filosofia de Linguagem de Wittgenstein (1999), produzimos algumas compreensões sobre esta temática. Ao fim, destacamos a necessidade de novos estudos a este respeito ampliando a possibilidade de partilha e de produção de novos usos e significados a este respeito.

**Palavras-chave:** Regime Militar. Projeto Minerva. Educação Matemática. História da Educação Matemática.

<sup>396</sup> Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande - MS.  
E-mail: thiago.pinto@ufms.br.

## REVISITANDO DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO MINERVA

Este texto surge a partir de uma (re)leitura de depoimentos relativos ao Projeto Minerva, agora sob uma outra temática de interesse: influências do Regime Militar. Entre os anos de 2010 e 2013 realizamos uma pesquisa de doutorado que visava produzir versões históricas a respeito do Projeto Minerva (PINTO, 2013). Nesta ação, muitos documentos oficiais foram utilizados, bem como documentos elaborados a partir da oralidade – entrevistas transcritas e textualizadas. Ao longo do trabalho nos ficou claro a grande diversidade de perspectivas, e por que não dizer “diversidade de constituições” do Projeto Minerva. Não vislumbrávamos unidades, convergências de pontos de vista, mas sim uma diversidade deles, cada qual com dois ou mais olhares que se contrapunham. Optamos então por tematizar esta diversidade em nosso trabalho, intitulado: ProjetoS Minerva: caixa de jogos caleidoscópica (PINTO, 2013).

Ao olhar para a multiplicidade e tematizá-la, alguns possíveis pontos de interesse são explorados de forma mais branda do que se debruçássemos exaustivamente sobre eles ao longo do doutorado. Ao final do trabalho, nasce a vontade de aprofundar algumas temáticas que, se não ficaram a parte da redação final, ainda poderiam receber novas abordagens e roupagens. Em nosso caso, a influência do Regime Militar brasileiro nesta ação foi uma dessas.

Neste artigo nos demoraremos especificamente neste ponto: o Regime Militar e suas possíveis influências no Projeto Minerva a partir dos depoimentos produzidos na ocasião do doutorado.

Esta temática se intensificou após o II ENAPHEM (Encontro Nacional de Pesquisadores em História da Educação Matemática) onde, na mesa intitulada "Pesquisas em História da Educação Matemática: o período da ditadura militar em foco" (MARTINS-SALANDIM, BURIGO, & RIOS, 2014), houve uma calorosa e profícua discussão a este respeito que nos fez refletir sobre os modos como esta temática havia sido tratada em nosso trabalho (PINTO, 2013).

Além deste evidenciar da temática, muito recentemente alguns pesquisadores tem entrado em contato na busca de materiais sobre o Projeto Minerva para suas pesquisas, visto que, desde meados de 2013 o acervo da Rádio MEC (mantido pela SOARMEC - Sociedade de Amigos e Ouvintes da Rádio MEC) que produzia e gerenciava o Projeto, está fechado ao público, situação esta que foi agravada em agosto deste ano com a extinção das

atividades físicas/presenciais da SOARMEC. Para pesquisarmos o Projeto Minerva, estando longe da Rádio MEC - como era nosso caso -, tivemos que digitalizar uma grande quantidade de materiais que passaram por uma primeira triagem, entre eles Fascículos, *Scripts*, Material Bruto e Texto Bruto. Estes pesquisadores estão em busca destes materiais, que estão sendo, aos poucos, organizados e disponibilizados para fins de pesquisa ([www.hemep.org](http://www.hemep.org)). Tentando dar prioridade às temáticas destes pesquisadores, trocamos alguns e-mails tentando compreender melhor seus interesses. Um deles busca os Fascículos das aulas de Estudos Sociais, investigando uma possível "infiltração comunista" em algumas ações do Projeto Minerva em seu estado.

Durante a realização da pesquisa, não foram poucos os momentos em que esta temática veio à tona: controle, vigilância, subversão, entre outros. Neste texto, embebidos desta motivação e destas novas leituras, voltaremos aos depoimentos produzidos naquela ocasião em uma nova visitação.

Ao todo, realizamos cinco entrevistas: dois ex-alunos do interior do Rio de Janeiro, que cursaram o Primeiro Grau pelo Projeto, uma ex-produtora, um ex-monitor da cidade de Coxim(MS) e um professor que produziu o material escrito de Matemática para o Curso Supletivo de Segundo Grau.

Revisitando a entrevista dos ex-alunos (Cleuza e Maurílio), um simpático casal da zona rural do Rio de Janeiro que teve no Projeto Minerva sua única possibilidade de estudo, tento cursado a duras penas, ela, pelo amor ao estudo e pela curiosidade ainda latente e ele para acompanhar a esposa nessa empreitada pelos vastos quilômetros que percorria a pé, toda noite para estudar, não encontramos evidências diretas ou mesmo indiretas ao Regime Militar em suas falas. Partimos na busca de elementos efetivamente "ditos" por nossos depoentes e na tentativa de entender os usos que eles fazem destes "termos" ou de termos relacionados. Efetivamente a "censura", o "Regime Militar", "Militares", não aparecem em suas falas ao relatar a experiência vivida no Projeto Minerva.

Esta aparente nulidade do Regime nestas falas (em aproximadamente 26 páginas de entrevista) é um aspecto que pode ser observado na fala de Martins-Salandim (2014), na referida mesa. Para esta autora, pouca ou quase nenhuma referência ao Regime Militar foi percebida por ela nos relatos elaborados em suas pesquisas, que abarcam justamente o período do Regime. Seu texto fala da **não** influência da Pós-Graduação nos cursos de formação de Professores de Matemática pelo interior do estado de São Paulo naquele período. Talvez, dentro dessa problemática, ela colocasse também a **não** influência do

Regime Militar nas ações pesquisadas. Percorremos novamente seu texto na busca de referências mais explícitas, mas, assim como na fala de nossos ex-alunos, não as encontramos.

Trabalhamos na perspectiva que nosso depoente se constitui ao narrar-se, que ele produz sua história no momento que nos conta e que, desta forma, não cabe a nós buscar significados ocultos "por trás" do texto dito, o que podemos, no máximo, é problematizar aquilo que foi dito e buscar outros contextos, outros jogos de linguagem, que nos permitam descrystalizar algumas imagens. Este modo de compreensão está diretamente ligado ao pensamento do Filósofo Austríaco Ludwig Wittgenstein (1999) em sua segunda fase, onde repudia qualquer ação metafísica de explicação da realidade, qualquer movimento de entendimento que não seja pautado no uso ordinário das palavras e expressões.

Ressaltamos aqui que não perguntamos diretamente aos nossos entrevistados sobre este aspecto, desta forma, não afirmamos que, para eles, o Regime Militar não existiu/interferiu em suas vidas, mas ressaltamos que, em nenhum momento ao longo **desta** narrativa eles optaram, pelos motivos que desconhecemos, em tratar de tal temática. Eles produziram aqui uma versão de seu passado, sobre um momento bastante específico, que deixa de fora o Regime Militar, que o exclui de sua narrativa. O depoente, de algum modo, escolhe o que será narrado e os motivos de tal escolha podem estar diretamente ligados à direção em que se narra, uma vez que produzimos narrativas a partir de nossas experiências de vida, mas também a partir do que pensamos que outros esperam ouvir de nós<sup>397</sup>. Nesse sentido, ao me apresentar como um pesquisador em Educação Matemática, essas foram as escolhas feitas por esse casal que gentilmente se dispôs a nos contar a sua história, e é só a partir dessas escolhas que é possível dizer algo. A própria questão da "existência ou não" do Regime Militar em suas vidas fora do contexto das falas que foram produzidas e sob a qual trabalhamos, não faz sentido dentro desta perspectiva Wittgensteiniana. Existir aqui, é existir na linguagem, é ser dito, e não uma busca "para além da linguagem".

Quando nos voltamos ao depoimento de uma ex-produtora do Projeto, a Professora Marlene M. Blois, as falas são mais explícitas a esse respeito. Marlene, que foi contratada especificamente para cuidar do Projeto Minerva, já no Regime Militar, lidava mais diretamente com os tramites burocráticos do Projeto dentro e fora da Rádio MEC, ela relata diversas idas a Brasília e visitas aos estados e radiopostos - estrutura de atendimento

---

<sup>397</sup> Inspiramo-nos, aqui, no modelo de comunicação de Lins (1999).

e encontro dos alunos, onde estudavam, ouviam a aula pelo rádio e tinham o atendimento de um Monitor, os encontros aconteciam de segunda a sexta-feira.

Um dos pontos marcantes está justamente na sua argumentação quanto à criação do Projeto e um de seus antecessores, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização):

... a ideia do Minerva surge porque a Revolução que vinha de sessenta e quatro já tinha feito um trabalho de base com o Mobral. [...] uma era a questão da alfabetização do povo, era questão de honra dos “milicos” baixar os índices de analfabetismo neste país. Mas por trás dessa rede existia um controle. Então, aí era possível desenhar o que acontecia em cada município. Em cada município, na hora que era criado um núcleo, uma sede, uma pequena célula do Mobral, ali, a “inteligência” podia conhecer: quem é quem? Onde está? Onde mora? Filho de quem? O que o cara faz, se é subversivo, se não é subversivo... Tudo ficava facilitado pela questão educacional.

(PINTO, 2013, grifo nosso)

Além disso, estabeleceriam, pela educação, a prerrogativa para se criar uma grande rede de transmissoras de rádio que pudesse cobrir todo o país e evitar que a população, especialmente na fronteira, recebesse informações de outros países, em especial daqueles que se alinhavam com o socialismo, como Cuba.

Se tem uma coisa que temos que agradecer de joelhos ao pessoal da Revolução é o sistema de telecomunicação que foi implantado no Brasil. O Brasil teve um sistema que nenhum outro país da América, tirando os Estados Unidos é claro, teve. Nenhum teve! Por quê? Porque nesta hora em que nós todos nos ligávamos, também tinha, é claro, o lado da inteligência que estava por trás disso. Nada foi gratuito. Entende? Nada foi gratuito, como não foi o Mobral, como o Minerva também não foi, entendeu?! Então, havia uma outra proposta, como uma nuvem encoberta que ninguém via, mas que estava ali. [...] se cria a RADIOBRAS, se bota satélite no ar, e a gente está com o país maravilhoso coberto e sem nuvens, sem nuvens, sem interferências externas políticas, tá certo?

(PINTO, 2013)

Segundo nossa entrevistada, esse processo, tanto de escolarização quanto de controle, que se inicia com o MOBREAL, coloca muita gente que estava fora da escola em um movimento de escolarização, de oportunidade de conduzir seus estudos, culminando com a continuidade desses pelo Projeto Minerva (rádio) e João da Silva (televisão). Para ela, os militares também estavam interessados em baixar os índices de analfabetismo e de fazer o país crescer:

Os “milicos” diziam isso: “a gente precisa do Brasil grande”. Era um lema, "Brasil Grande", “ame ou deixe-o”, não sei o quê. Tinha esses slogans. Criaram vários. O Brasil grande era um desses. O que era o Brasil Grande? Era tirar o Brasil da total ruralidade, melhorar as indústrias, não é? Como melhorar indústria com um povo ignorante e analfabeto? Impossível, mesmo naquela época.

(PINTO, 2013).

Outro ponto que nossa entrevistada destaca é que, mesmo atuando em um Projeto diretamente ligado ao Governo Federal, o PMi não passava impune pela censura:

Aqui nessa sala, aqui onde nós estamos agora nesse momento, aqui ficava a censura. Aqui, trancada aqui, as portas eram todas de aço, de não sei de quê, eles ficavam trancados aqui, entendeu?! [...] Nós também éramos vigiadas, tudo que saía daqui tinha censura, era vigiado, era lido, todas as aulas eram lidas, os textos eram lidos, mas como o censor era uma espécie meio burra, a gente passava milhões de coisas e eles nem viam, e às vezes empacavam com umas besteiras que não tinham tamanho. Mas tudo bem, não mudava em nada, entendeu?!

(PINTO, 2013).

Segundo Marlene, aonde quer que fossem, em todo país, elas percebiam a presença do Regime infiltrada no meio da população e acompanhando seus passos. Relata ainda, que algumas vezes eram inquiridas a respeito das manifestações que presenciavam em suas viagens.

Seu relato nos mostra também uma grande mágoa com o fim do Projeto, com o modo como se deu esta extinção. O final de uma portaria que obrigava todas as rádios a transmitirem o PMi após a Hora do Brasil (este ainda é transmitido em caráter obrigatório) deixa o Projeto à mercê da boa vontade de algumas poucas rádios educativas. Fora isso, talvez o ponto que nos chame mais atenção aqui, para ela, a extinção do Projeto Minerva se dá não por terem suprido uma demanda existente, mas sim por este ter sido um "fruto", um "filho do Regime", causando aversão na nova política que se instaurava no início da década de 1980:

Havia uma questão política: o Minerva nasceu na ditadura, e tudo da ditadura tinha que ser banido. [...] Havia já este estigma: nasceu na ditadura? “Abaixo! Não queremos!” Podia ter sido revisto, ter feito uma leitura crítica realmente do que foi o Minerva, o que é que a gente teve de bom, o que é que se poderia aproveitar, adaptar, repaginar, o que é que se poderia fazer com isso?

(PINTO, 2013)

Ela acrescenta que nada equivalente foi colocado no lugar e que, via de regra, mesmo as Rádios Educacionais são hoje apenas "culturais", ou se restringem a pequenas campanhas, sem ofertar cursos regulares, com certificação.

Já Edvaldo Dias, ex-monitor do Projeto em Coxim, no interior de Mato Grosso do Sul, fazia do radioposto um espaço de discussão de questões sociais, locais, muitas vezes subvertendo a intenção inicial da aula, ampliando-a ou restringindo sua ação.

A gente findava não fechando a aula só naquele tema – porque, como eu te falei, a gente primeiro estudava a aula anterior, preparava o grupo para a audição da aula daquele dia e depois para a aula seguinte, e nesses três tempos da aula que a gente fazia, sempre sobrava uma conversa fora do contexto –, discutia-se as questões locais ali também, e essa era uma orientação do próprio projeto, quer dizer, a gente não... o tema central era a aula daquele dia, mas você podia expandir para a realidade local, naquele contexto. [...] Então, a gente usava muito a áudio aula como ponto de partida. No meu caso, que era turma de alfabetização, a gente pegava palavra chave (tô falando palavra chave, você está pesquisando nesta área, você sabe que palavra chave era um tema das aulas do Paulo Freire, o embrião já do Mobral, que veio logo depois). [...] Como era um pessoal já acostumado a participar das reuniões da EMPAER, das reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da reunião dos pescadores, era fácil você implementar a discussão, e vira um grande bate papo a partir da áudio aula.

(PINTO, 2013)

Nesta fala de Edvaldo ele ressalta a discussão das questões locais e o que a questão da alfabetização, que não era, em princípio, uma função do Projeto Minerva, mas sim de outros projetos, como, por exemplo, o MOBREAL. Ao relatar este ponto da alfabetização ele comenta sobre utilizar o "Método Paulo Freire", segundo nossa depoente anterior, Marlene Blois, o Governo Militar teria se utilizado de sua proposta, mas a teria "limpado" de ideologias. Particularmente por estes aspectos relatados por ele, o questiono sobre ter tido, ou não, algum tipo de entrave ou resistência por parte da Ditadura Militar, ao que ele responde:

A gente não falava muito na questão política, a gente não era... outro dia veio um pesquisador querendo saber como era dar aula no regime militar, eu não tive problema com o regime militar. Meu pai teve. Então, assim, em 1964 – a gente ainda estava em Bataguassu (MS) – e o meu pai teve problema com o regime militar. Ele foi perseguido, né? Mas ele também arrumava confusão, sabe? Ele sabia que não podia falar sobre determinados temas e ele ficava conversando.[...]Tanto é que eu me lembro uma época que ele ficava o tempo inteiro dentro de casa, sabe? Ele não saía para absolutamente lugar nenhum, e algumas pessoas vinham visitar. [...] eles se fechavam num quarto lá, iam conversar sobre determinadas coisas e eu não sabia muito o que estavam conversando,

né? Hoje, a gente sabe que era política, que eram grupos de representantes políticos. [...] E aí, por volta de 1964, começaram a desaparecer algumas lideranças. E aí meu pai, como liderança, acabou também... deixou de conversar com pessoal. Ele falava assim: “não converso porque o governo não deixa!” [...] E tinha um rapaz que desapareceu no regime militar e eles falavam muito, era o José Firmino . E eles falavam muito nesse José Firmino, que o José Firmino tinha desaparecido, que o governo tinha desaparecido com o José Firmino. [...] na época do PMi ]a Secretaria de Educação orientava que a gente não tocasse em questões políticas. [...] Mas eu mesmo não tive problema, não, graças a deus!

(PINTO, 2013)

Edvaldo, mesmo atuando em zonas rurais do interior do país, diferentemente de nossos ex-alunos parece ter percebido, de forma mais forte as influências do Regime, mesmo destacando que não "teve problemas" com este.

O último entrevistado que apresentaremos aqui foi, por muito tempo, professor de Matemática, Física e Química nos mais diversos níveis de ensino. Revela uma formação altamente capacitada e a inserção em cursos de instituições renomadas como o ITA (Instituto de Aeronáutica) e Mackenzie. Prof. Paulo Motejunas foi quem escreveu os materiais que se tornariam os Fascículos do Curso de Segundo Grau utilizado no Telecurso e também no Projeto Minerva. Nosso entrevistado se encarregava de produzir um material escrito no formato de apostila que seria encaminhado à Fundação Padre Anchieta. Paulo não participava dos demais momentos de produção da aula: "Eu só não participava das discussões da aula, da aula da televisão: isso quem fazia era o Ernesto Rosa primeiro, e depois o Luiz Barco" (Pinto, 2013). Seu relato muito pouco toca o Projeto Minerva, visto que seu contato era relacionado à produção de materiais para o Telecurso.

Quanto aos aspectos do Regime Militar e possíveis intervenções deste no seu trabalho, Paulo não faz nenhum comentário que nos possibilite fazer alguma inferência sobre isso. No entanto, a ausência de comentários e a similaridade entre o material que produzia e o que foi impresso (versão final) nos indica pouca ou quase nenhuma interferência, este aspecto pode ser ressaltado se pensarmos na Matemática como algo internalista, universal e livre de ideologias, como propõe algumas correntes da filosofia da Matemática. Um dos aspectos que Paulo cita em sua entrevista é a alta penetração da Matemática Moderna naquela época, dando destaque ao GEEM (Grupo de Estudos do Ensino da Matemática) e ao papel de Oswaldo Sangiorgi, seu superior imediato na confecção deste material.



Tendo apresentado aqui os momentos de nossas entrevistas que tocavam mais explicitamente questões relacionadas ao Regime Militar, destacaremos alguns pontos, não como cerzaduras ou convergências, mas como possibilidades de discussão:

### **ALGUMAS PRODUÇÕES A PARTIR DO QUE VIMOS AQUI**

Alguns de nossos depoentes simplesmente não falam ou se aproximam desta temática ao falar de sua experiência ao cursar ou atuar, de alguma forma, no Projeto Minerva. Ao passo que outros, como Marlene, trazem pormenores desta relação de controle exercida por parte do Governo Militar na condução do Projeto.

Salientamos, primeiramente, que as falas trazidas aqui são apenas um recorte (sugere-se o contato com a integralidade delas) de uma entrevista pontual e que, muitas vezes não se perguntava diretamente a respeito dessa relação com o Regime Militar. No entanto, vale lembrar que, sempre, quem direciona sua fala em uma entrevista semiestruturada, onde as perguntas são feitas de forma ampla justamente para o entrevistado fazer suas escolhas, é o próprio entrevistado. Ele tem direito a responder aquilo que *ELE* entende ser relevante naquele contexto. Não queremos dizer com isso que seu discurso é cristalizado e independe da pergunta que lhe é feita, ou por quem ela é feita - há sempre uma direção na qual se fala. Certamente todos estes aspectos influenciam na escolha e produção de suas respostas. Entendemos o processo comunicativo como uma constante leitura e legitimação do e pelo "outro", para quem falamos ou com quem falamos, em um processo infindável de aproximações e distanciamentos. Contudo, nosso entrevistado faz escolhas e, neste momento sim, cristaliza uma certa fala, um texto, que constitui, naquele momento, o modo como ele percebe, hoje, aquilo que foi vivido por ele.

Aqui cabe uma outra ressalva, a impossibilidade de "abarcар" o vivido, o "real" como alguns preferem, em um texto. Há muito se discute a distinção entre a "experiência vivida" e aquilo que se coloca em um texto, aquilo que se conta que viveu. Certamente são momentos distintos, no entanto dicotomizar estes momentos em instâncias independentes é colocar, de um lado, uma materialidade, um real, sem a percepção e reflexão sobre as coisas que se vive e de outro um "pensar", um "dizer", sem as coisas sobre as quais se reflete, se percebe, infere. Acreditamos que um não "existe" sem o outro, a reflexão, o pensamento guiam sua experiência do mundo, o que se ouve ou se sente em um

determinado momento, não há algo puro ou alguém que passe por uma certa experiência "captando tudo" daquele momento para, posteriormente, selecionar o que se conta sobre aquilo.

Neste sentido há um imbricamento daquilo que se vive, ou que se acredita que se vive, e aquilo que se conta, ou que seria possível contar, uma impossibilidade de separação destas. Assim, poderíamos dizer que, ao cursar o Projeto Minerva, Cleuza e Maurílio, por este relato, não vivenciaram a Ditadura Militar ou não julgaram ser relevante trazê-la a tona em suas narrativas ou optaram, por algum motivo que desconhecemos, ocultá-la, apaga-la daquela experiência ou, simplesmente, ocultar de nós o que diriam sobre isso.

Podemos pensar que, numa experiência imaginária, Maurílio e Cleuza relatassem tudo que fosse possível falar sobre suas vidas, ainda assim, não diríamos que ali, naquele texto dito, "estão" suas vidas, suas experiências. No entanto, caso novamente nada se relatasse ali sobre o Regime Militar ou a existência desse, o que poderíamos dizer sobre isso? Não nos caberia indagar a existência ou não do Regime, mas poderíamos dizer que nestes relatos a Ditadura não existe, não se faz presente. Isso porque não buscamos questões dessa natureza, como que uma existência "para além da linguagem", se "existe" ou não algo que não pode ser expresso por meio da linguagem, que tipo de discussão ou conhecimento isso pode conduzir? Este existir, é um existir na linguagem, se falar sobre e aí, nos interessa justamente **o que se diz** sobre tal coisa em tal narrativa.

Antes da descoberta do átomo, antes de se pensar e dizer sobre ele, poderíamos dizer que eles *existiam* para estas civilizações? Poderíamos dizer que as ondas eletromagnéticas *existiam* para os grupos e civilizações antes que se falassem delas, que se pensasse sobre elas com algum tipo de linguagem? Responder "sim" a estas questões é estabelecer a possibilidade de uma existência independente das pessoas que falam e pensam sobre elas. É assumir um discurso "existencialista" das coisas, um "para além da linguagem", para além da "cognição humana". Para nós, a existência ou não de algo está sempre implicado em um "para quem?", e não solta ou independente de uma forma de vida.

Pelo lado contrário, ao pensarmos desta forma assumimos também que a existência de algo não está atrelada a algo material, palpável. Pensamos existir a vida, o amor, as ideias, o pensamento ou mesmo os seres mitológicos, pelo simples fato de articularmos nossos jogos de linguagem com estes termos e em alguma medida, sermos legitimados por um certo grupo, por uma forma de vida.

Alguns pesquisadores poderiam se opor a estas ideias pensando em consequências como: "mas dessa forma alguém pode dizer que a ditadura militar não existiu!". Novamente, insistiríamos, para quem? em qual discurso? Ao nomear estas ações, articular falas e pensamentos sobre elas, já passam a existir, mas certamente o que se pode, em cada local, falar sobre elas é algo bastante amplo e, se por um lado, para alguns, estas expressões não são legitimadas (não fazem algum sentido em seus jogos de linguagem), para muitos outros há uma infinidade de coisas a serem ditas sobre elas. Aliás, para alguns, a grande marca do Regime Militar foi justamente o silêncio, o esquecimento, os porões que ninguém ouvia, como diria Flavio Tavares (2012), e desta forma, nosso compromisso não é dizer se algo existiu ou não, mas trazer a tona os outros discursos, outras significações para termos cristalizados ou simplesmente esquecidos em algum porão. Colocar estes jogos "para conversar", numa atitude terapêutica da linguagem é nossa tarefa filosófica.

Certamente o pequeno Giosuè, de *A Vida É Bela* (Benigni, 1997), tinha, ao final da guerra, algo muito diferente a contar que as demais crianças da sua idade naquele local. A guerra produzida por Giosuè era muito diferente da guerra produzida pelos soldados do eixo ou aliados, ou ainda, pelos pracinhas brasileiros que integraram o grupo já na fase final da Guerra.

Outro ponto que optamos por discutir aqui se relaciona mais diretamente com a fala de Edvaldo que, mesmo tendo visto uma liderança política sumir, tendo observado "o governo" vigiar sua vila e seu pai, o qual ficou escondido em casa, tendo recebido ordens de não abordar questões políticas em sala aula - mas que discutia as questões sociais locais -, e que subvertia suas aulas do ciclo final do primeiro grau para alfabetizar o seu grupo, ao ser questionado diretamente, nada sofreu com o Regime Militar.

Sua fala nos reteme imediatamente a uma passagem do livro de Ítalo Calvino, *O Cavaleiro Inexistente*, onde uma freira enclausurada no convento se põe a contar uma história, mas impõe a si mesma algumas restrições, visto que, estas, nada viram:

Vocês vão me desculpar: somos moças do interior, ainda que nobres, tendo vivido sempre em retiro, em castelos perdidos e depois em conventos; **excetuando-se funções religiosas, tríduos, novenas, trabalhos de lavoura, debulha de cereais, vindimas, açoitamento de servos, incestos, incêndios, enforcamentos, invasões de exércitos, saques, estupros, pestilências, não vimos nada.**

(CALVINO, 2005, p. 27, grifo nosso)

Novamente, como na discussão anterior, não nos interessa simplesmente o dizer "não tive problemas", ou o contrário disso, não pretendemos aqui "rotular" as falas com aqueles que tiveram ou não algum tipo de problema ou relação com a Ditadura Militar, mas interessa-nos, sobremaneira, aquilo que é dito quando optam por falar dela, seja espontaneamente ou após uma pergunta mais direta.

A listagem feita por Edvaldo sobre as coisas que viu nos dá um retrato do que foi este regime para ele. Entre tantos itens um deles nos chamou muito a atenção, o desaparecimento de uma liderança política. Para uma pesquisa acadêmica que focava o Projeto Minerva pouco fôlego tivemos para investigar mais profundamente a história de José Firmino, buscar parentes ou amigos que pudessem nos contar o desfecho desta história. A Comissão de Verdade (CNV) tem oficializado o que muito já se sabia pelos diversos relatos, a violação massiva e sistemática de direitos humanos:

O labirinto do sistema repressivo montado pelo regime militar brasileiro tinha como ponta do novelo de lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao Governo. [...], ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei.

(CNV, 2014, p. 3).

O sequestro sumário do cidadão é o início de um processo que poderia incluir espera, interrogatórios, tortura e até mesmo a morte. Para a família do sequestrado a incerteza sobre o fim ou paradeiro da pessoa parecia ser a maior tortura, muitas vezes não findada até hoje. Recentemente voltou às notícias de jornais o caso das mais de mil ossadas encontradas em uma vala comum no Cemitério de Perus em São Paulo, supostamente de militantes políticos assassinados durante a Ditadura Militar (Bocchini, 2015).

Certamente ainda há um grande prazo para que as identificações se realizem e muito provável que muitas das tentativas não obtenham êxito. A falta de registros, o silêncio, torna estas ações ainda mais difíceis, o que reforça nosso argumento anterior: é preciso falar, compartilhar nossos jogos de linguagem, expor a multiplicidade de significações e usos.

Neste cenário todo, se abre, a partir de um de nossos depoimentos um outro aspecto, o de uma Matemática politicamente neutra. A fala de Paulo também não toca em nenhum momento questões diretamente relacionadas ao Regime Militar. No entanto ele

fala em Matemática Moderna, em Oswaldo Sangiorgi e o GEEM. Em que medida estas expressões poderiam se relacionar com a temática deste texto?

Búrigo (2014), questiona se a Matemática Moderna teria sido uma política da Ditadura Militar ou se teria sido apenas tolerada por esta por não contestar o Regime. Ela atribui a Oswaldo Sangiorgi grande parcela de responsabilidade pela introdução de disseminação da Matemática Moderna (MM) no país, em especial pela sua participação no SMSG (*School Mathematics Study Group*) e sua liderança do Grupo GEEM, em São Paulo. O material produzido por Paulo era vistoso justamente por Oswaldo Sangiorgi, que fazia sugestões, o que certamente guiou a produção deste material. A continuidade da MM durante o Regime Militar se deu, segundo (Búrigo, 2014, p.27) pelo

caráter supostamente “neutro” da matemática, aliado à ideia de que a modernização do ensino favoreceria o desenvolvimento do país, teria facilitado essa divulgação, num período em que vigorava a censura prévia aos jornais. A matemática moderna teria, em muitos casos, preenchido as lacunas das manchetes censuradas pelo regime.

Seria esta mesma interferência, quase nula, que teria sofrido o professor de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, História ou Geografia? Buscava-se encontrar no conteúdo de Matemática "subversões" com a mesma atenção dispensada nestas outras disciplinas?

Mesmo nessa aparente neutralidade da matemática, a autora sugere que alguns episódios precisam ser esclarecidos e que teriam, também, sofrido sanções por parte do Governo, como o cancelamento do VI Congresso Brasileiro de Ensino de Matemática em 1968 (Búrigo, 2014, p.29).

Na fala de uma de nossas depoentes, o Minerva aparece como a estratégia de um governo para oferecer educação nos níveis básicos a uma grande parcela que estava fora da escola a baixíssimo custo, implantar e disseminar sua presença em uma grande área do território e melhorar índices educacionais.

Utilizar a educação como marketing político não foi uma estratégia inovadora, muitos governos e, em especial, novos governos ou regimes já apostaram em instalar instituições nas cidades e vilarejos como marcas de seus governos e de sua presença. Como exemplo disso podemos, por exemplo, trazer os Grupos Escolares da Primeira República (1889-1930) como métodos de instaurar a modernidade deste novo sistema educacional e disseminar a presença deste novo Estado (SOUZA, 2011). A urbanidade, a civilização e a

república era a marca que se perseguia ao instalar suntuosos prédios que abrigavam estas unidades de ensino.

Certamente o número de alunos beneficiados de alguma forma pelo Projeto foi bastante grande e sua produção, mesmo estando supostamente "limpa" de ideologia, estava sob os olhos da censura, ainda que sendo uma iniciativa do Governo Militar. Também nesta época podemos destacar a expansão do ensino público de Educação Básica, em especial com a criação de escolas por parte dos estados. Vale lembrar que é também neste período que se estabelecem os acordos MEC-USAID<sup>398</sup> e as pressões do Banco Mundial a fim de se apresentarem melhores índices de alfabetismo e escolaridade para a obtenção de empréstimos.

Como "filho do Regime", o projeto sofreu sanções como as que os projetos anteriores sofreram quando da instauração do PMi. Por sua suposta ideologia, foi extinto. A leitura que fazemos da fala de Marlene neste sentido é que prevalecia, naquele momento, um binarismo de posições, ou se é a contra o Regime e todas suas ações ou se a favor dele. Não cabendo, por parte daqueles que eram contra, salvar qualquer ato efetivado pelo Regime, era necessário extirpa-los.

Por essa posição extinguiu-se o Minerva sem a preocupação de colocar algo equivalente no lugar. As demandas ainda não tinham sido sanadas, o sistema de concessão das ondas de rádio privilegiava, e ainda privilegia, grandes grupos e as rádios educativas existentes à época optaram pelo viés cultural e não educacional.

## UM (NÃO) APONTAMENTO FINAL

Os aspectos destacados aqui são **produções** nossas **a partir** dos depoimentos. Criamos, inventamos e reinventamos tendo como ponto de partida as falas de pessoas que vivenciaram, de alguma forma, o Projeto Minerva ou, como preferimos, os Projetos Minerva. Tentamos criar aqui outras relações, outras possíveis conexões entre o referido Projeto e a Ditadura Militar Brasileira. Novamente apostamos na multiplicidade de pontos de vista, de constituições destas relações, tentando, quando possível, nos afastar do perigoso binarismo de se posicionar, simplesmente, "a favor" ou "contra", "bom" ou

---

<sup>398</sup> Acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) a fim de reformular o ensino brasileiro nos ditames norte americanos.

"ruim", aspecto bastante destacado na mesa redonda que nos inspirou à reflexão (MARTINS-SALANDIM, BURIGO, & RIOS, 2014). Para os debatedores, é perigoso tentar encaixar um movimento de quase 20 anos nestes rótulos sem uma maior reflexão, como se a Ditadura, o Regime, a Revolução, tivessem sido uma coisa só em todo o tempo e em todo lugar.

Neste contexto, as relações e influências que teve o Regime Militar na Educação Matemática como um todo e mesmo na prática de professores que ensinavam Matemática ainda se revelam merecedoras de estudos.

## REFERÊNCIAS

BENIGNI, R. (Diretor). (1997). *A Vida é Bela* [Filme Cinematográfico].

BOCCHINI. (2015). Grupo já analisou 144 ossadas da vala clandestina do Cemitério de Perus. *EBC - Agência Brasileira de Notícias*.

BÚRIGO, E. Z. (2014). A Matemática Escolar nos Tempos da Ditadura Militar: modernização imposta ou consentida? *Anais do II ENAPHEM*. Bauru, São Paulo, Brasil: unesp.

CALVINO, Í. (2005). *O Cavaleiro Inexistente*. São Paulo: Companhia das Letras.

LINS, R. C. (1999). Por que discutir teoria do conhecimento é relevante para a Educação Matemática. In: M. BICUDO, *Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas*. São Paulo: unesp.

MARTINS-SALANDIM, M. E., BURIGO, E. Z., & RIOS, D. F. (Outubro de 2014). Pesquisas em História da Educação Matemática: o período da Ditadura Militar em Foco. *Anais do II ENAPHEM*. Mesa Redonda. Bauru, São Paulo, Brasil: unesp.

MARTINS-SALANDIM, M. E. (Outubro de 2014). (Não) Influências da Pós-Graduação na formação/atuação de professores de Licenciatura em Matemática do interior paulista nos anos 1960. *Anais do II ENAPHEM*. Bauru, São Paulo, Brasil: unesp.

PINTO, T. P. (Outubro de 2013). Projetos Minerva: caixa de jogos caleidoscópica. *Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação para as Ciências - UNESP, Bauru*. Bauru, São Paulo, Brasil.

RIOS, D. F. (2014). A Expansão do IMPA Durante o Regime Militar no Brasil. *Anais do II ENAPHEM*. Bauru, São Paulo, Brasil: unesp.

SOUZA, L. A. (2011). História Oral e Educação Matemática: uma intervenção metodológica. *Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática*. Rio Claro, São Paulo, Brasil: unesp.

TAVARES, F. (2012). *Memórias do Esquecimento*. Porto Alegre: L&PM.

VERDADE, C. N. (2014). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.

WITTGENSTEIN, L. (1999). *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural.